

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.
Serra do Mel – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a grid of lines.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.294	8.937	Fornecedores	9	1.432	4.375
Contas a receber	6	2.565	3.474	Financiamentos	10	8.489	3.363
Adiantamento a fornecedores		105	139	Imposto de renda e contribuição social a recolher		640	506
Tributos a recuperar		73	-	Tributos a recolher		103	673
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		671	1.158	Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.297
Despesas pagas antecipadamente		374	477	Dividendos a pagar	20	2.518	1.702
Estoques		40	40	Arrendamentos	7	3	2
				Outras contas a pagar	12	729	677
Total do ativo circulante		17.122	14.225	Total do passivo circulante		13.914	12.595
Despesas pagas antecipadamente		-	12	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		-	12	Financiamentos	10	108.059	114.777
Direito de uso	7	15.729	2.696	Provisão para desmobilização	11	14.297	1.050
Imobilizado	8	192.185	200.090	Arrendamentos	7	1.862	1.864
Intangível		32	32	Outras contas a pagar	12	6.096	6.326
Total do ativo não circulante		207.946	202.830	Total do passivo não circulante		130.314	124.017
				Total do passivo		144.228	136.612
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	72.758	74.981
				Reservas de lucros	13	8.082	5.462
				Total do patrimônio líquido		80.840	80.443
Total do ativo		225.068	217.055	Total do passivo e patrimônio líquido		225.068	217.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	14	26.053	25.273
Custos de operação	15	(14.969)	(15.446)
Lucro bruto		11.084	9.827
Despesas gerais e administrativas	16	(655)	(732)
Outras receitas operacionais, líquidas		204	242
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		10.633	9.337
Receitas financeiras	17	1.228	1.681
Despesas financeiras	17	(7.116)	(8.236)
		(5.888)	(6.555)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.745	2.782
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.309)	(1.395)
Lucro líquido do exercício		3.436	1.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.436</u>	<u>1.387</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>3.436</u>	<u>1.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93.478	-	289	4.116	-	97.883
Redução de capital social	(18.939)	-	-	-	-	(18.939)
Aumento de capital	442	-	-	-	-	442
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.387	1.387
Reserva legal	-	-	69	-	(69)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(330)	(330)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	988	(988)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	74.981	-	358	5.104	-	80.443
Redução de capital social	(2.223)	-	-	-	-	(2.223)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.436	3.436
Reserva legal	-	-	172	-	(172)	-
Dividendo mínimo obrigatório proposto	-	-	-	-	(816)	(816)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.448	(2.448)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.758	-	530	7.552	-	80.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado antes dos tributos		4.745	2.782
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	10	6.677	7.858
Custo de captação de financiamentos e empréstimos e apropriado ao resultado	10	62	43
Depreciação	8	6.883	8.488
Baixa de imobilizado	8	2.522	-
Rendimentos aplicações financeiras	17	(1.130)	(1.541)
Outras receitas financeiras	17	(98)	(140)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	11	126	89
Amortização de direitos de uso	7	88	64
Juros sobre passivo de arrendamento	7	200	183
Lucro ajustado		20.075	17.826
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	909	4.809
Tributos a recuperar		(73)	-
Estoques		-	(40)
Adiantamento a fornecedores		34	(139)
Despesas pagas antecipadamente		115	(136)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	(2.943)	2.637
Obrigações sociais		(1.297)	1293
Tributos a recolher		(570)	517
Outras contas a pagar		246	6.557
Caixa gerado pelas atividades operacionais		16.496	33.324
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(4.943)	-
Pagamento de IR e CS		(688)	(1.246)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.865	32.078
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	17	1.228	-
Aquisição ao ativo imobilizado	8	(1.500)	(17.583)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(272)	(17.583)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamentos	7	(201)	(186)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	10	(3.388)	1.681
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	4.227
Integralização de capital	13	-	442
Redução de capital	13	(2.647)	(18.493)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.236)	(12.329)
Aumento no caixa e equivalentes		4.357	2.166
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	8.937	6.771
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	13.294	8.937
Variação no caixa e equivalentes		4.357	2.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de junho de 2019, estabelecida na Vila Espírito Santos, S/N – Lote 02, Zona Rural, município de Serra do Mel no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Espírito Santo I, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. Estas atividades são reguladas pela Aneel. A Companhia cujo objeto social é geração de energia elétrica é Produtora Independente de Energia Elétrica, tendo autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95.

A controladora da Companhia é a Serra do Mel Holding S.A. a qual detem 100% de participação do capital social da controlada. A controladora final do grupo é a Echoenergia Participações S.A.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 8 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 33,6 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia Física (MW médios)
EOL Vila Espírito Santo I	8615/2020	12/03/2020	35 anos	33,6	17,6

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2031.

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Espírito Santo I	ACL (a)	Variável (b)	IPCA	Janeiro

(a) Ambiente de contratação livre.

(b) A Companhia possui 85% de suas receitas contratadas em face da garantia física a partir da entrada em operação no ano de 2021.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido pelas normas.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa 7) - principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento;
- Imobilizado (nota explicativa 8) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 11) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 19) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Alteração de estimativa – Vida útil dos ativos imobilizados

No exercício de 2023, a Companhia procedeu à revisão da vida útil dos ativos imobilizados com o objetivo de apresentar a melhor estimativa da recuperabilidade futura dos fluxos operacionais esperada desses ativos. Esse processo foi conduzido por um especialista externo e aprovado pela administração da Companhia. Veja a nota explicativa 8 para detalhes da revisão

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Resumo das principais políticas contábeis

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 26 Passivo não circulante com <i>covenants</i> e classificação de passivos como circulante ou não circulante	IAS 1	04/08/2023	01/01/2024	Classificação de passivos como circulante ou não circulante – sem impactos relevantes à Companhia. Em relação aos <i>covenants</i> , a Companhia aderiu as disposições da norma a partir de 01 de janeiro de 2024.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 Alteração de passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	IFRS 16	04/08/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 03/40 Alteração de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	IAS 7/IFRS 7	02/01/2024	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 10	01/12/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios

	2023	2022
Bancos conta movimento	471	198
Aplicações financeiras (a)	12.823	8.739
Total de caixa e equivalentes de caixa	13.294	8.937

(a) Referem-se a aplicações em Fundos de Investimento Exclusivo, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Remunerados a 111,10% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2023 (96% em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Transações MCP (a)	-	2.275
Transações Realizadas no ACL (b)	2.539	1.199
Outras contas a receber (c)	<u>26</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.565</u>	<u>3.474</u>

(a) **Transações MCP:** saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(b) **Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre):** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE.

(c) **Outras contas a receber:** Valores decorrentes de (i) venda de certificados de energia renovável e (ii) contratos firmados com o fornecedor de manutenção dos aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato, o fornecedor tem a obrigação de ressarcir a Companhia.

a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu novos saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

7 Direito de uso e arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificável, por um período determinado em troca de contraprestação.

a. Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e tem procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado.

- curto prazo (com duração inferior a 12 meses);
- ativos de baixo valor;
- parcelas variáveis de pagamentos;
- contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente;
- contratos em que a Companhia não tem direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e
- contratos em que a Companhia não tem controle significativo sobre como o ativo é usado.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

b. Ativo de direito de uso

	2023			
	Valor líquido em 2022	Adições(a)	Amortizações	Valor líquido em 2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	2.696	13.121	(88)	15.729
Total do ativo	2.696	13.121	(88)	15.729

	2022			
	Valor líquido em 2021	Adições(a)	Amortizações	Valor líquido em 2022
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	2.580	180	(64)	2.696
Total do ativo	2.580	180	(64)	2.696

(a) Valores de adição e baixa referentes à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 11.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Passivo de arrendamento

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo de arrendamento	1.865	1.866
Total	<u>1.865</u>	<u>1.866</u>
Circulante	3	2
Não circulante	1.862	1.864

A movimentação do passivo de arrendamento, está demonstrada abaixo:

	<u>2023</u>			
	<u>Valor líquido em 2022</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Valor líquido em 2023</u>
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	1.866	(201)	200	1.865
Total	<u>1.866</u>	<u>(201)</u>	<u>200</u>	<u>1.865</u>

	<u>2022</u>			
	<u>Valor líquido em 2021</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Valor líquido em 2022</u>
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	1.869	(186)	183	1.866
Total	<u>1.869</u>	<u>(186)</u>	<u>183</u>	<u>1.866</u>

8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2023, as vidas úteis dos ativos imobilizados foram revisadas por meio de estudos realizados por consultores externos, cujo objetivo foi avaliar a vida útil dos bens através da recuperação dos fluxos de caixa das operações futuras. As cotas de depreciação dos bens foram recalculadas a partir do valor contábil em janeiro de 2023 e vidas úteis remanescentes. Os ajustes das diferenças entre os valores contabilizados ao longo do exercício de 2023 (janeiro a dezembro) foram registrados cumulativamente no mês de dezembro.

Por se tratar de mudança de estimativa, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 23 -Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erro, os impactos das revisões das vidas úteis foram reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. O impacto positivo ocasionado por esta mudança de estimativa foi de R\$ 1.358 no resultado do exercício de 2023.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	2023			2022
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	2.242	-	2.242	9.148
Máquinas e equipamentos	26 anos	196.227	(17.100)	179.127	179.856
Edificações e benfeitorias em propriedade de terceiros	50 anos	11.582	(894)	10.688	11.025
Móveis e utensílios	10 anos	130	(25)	105	
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	32	(9)	23	61
Total		210.213	(18.028)	192.185	200.090

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 10.

b. Movimentações do ativo imobilizado

	Saldo em 2022	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2023
Imobilizado em andamento	9.148	1.500	(5.884)	(2.522)	-	2.242
Máquinas e equipamentos	179.856	-	5.796	-	(6.525)	179.127
Edificações e benfeitorias em propriedade de terceiros	11.025	-	1	-	(338)	10.688
Móveis e utensílios	-	-	118	-	(14)	104
Equipamentos de processamento de dados	61	-	(31)	-	(6)	24
Total	200.090	1.500	-	(2.522)	(6.883)	192.185

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Saldo em 2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em 2022</u>
Imobilizado em andamento	-	16.904	(7.756)	-	9.148
Máquinas e equipamentos	190.995	642	(3.460)	(8.321)	179.856
Edificações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	-	11.189	(164)	11.025
Equipamentos de processamento de dados	-	37	27	(3)	61
Total	190.995	17.583	-	(8.488)	200.090

9 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais e serviços	313	669
Provisão com despesas de manutenção	40	2.602
Fornecedores partes relacionadas	405	223
Seguros	162	368
Outros	512	513
Total	1.432	4.375

10 Financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição do saldo de financiamentos

Financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Financiamento - Banco do Brasil	0,96% a.a + IPCA	Jul/2040	116.548	118.140
Total			116.548	118.140
Circulante			8.489	3.363
Não circulante			108.059	114.777

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação dos financiamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 1º de janeiro	118.140	106.012
Captação de financiamentos	-	4.227
Juros incorporados a dívida	6.677	7.858
Custo de captação incorrido	62	43
Juros pagos	(4.943)	-
Amortização do principal	(3.388)	-
Saldo em 31 de dezembro	116.548	118.140

c. Obrigações contratuais - Covenants

O referido contrato possui cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do Banco do Brasil, exceto para os endividamentos permitidos.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do Banco do Brasil, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Após o período de carência, manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- Não alterar sem prévia autorização do Banco do Brasil os contratos do projetos e mantê-los vigentes até o final da operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	<u>2023</u>
2024	8.489
2025	6.753
2026	6.753
2027	6.753
2028 a 2035	87.800
Total	116.548

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são reconhecidas pela Companhia considerando que ao final do prazo contratual de arrendamento têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 9,12% a.a. (8,93% a.a. em 31 de dezembro de 2022). A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro.

Em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ao ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas relacionadas ao valor futuro para cumprir com a respectiva obrigação e reconheceu em contrapartida do custo do ativo de direito de uso o montante de R\$ 13.121 na provisão, decorrente da atualização das premissas de mercado por meio de estimativas de custos realizadas por terceiros especializados.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 14.297 (R\$ 1.050 em 31 de dezembro de 2022).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	1.050	781
Ajuste a valor presente	126	89
Remensuração	13.121	180
Saldo final	<u>14.297</u>	<u>1.050</u>

12 Outras contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de arrendamento	6.326	6.556
Redução de capital – partes relacionadas	22	446
Outras contas a pagar	477	1
Total	<u>6.825</u>	<u>7.003</u>
Circulante	729	677
Não circulante	6.096	6.326

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 72.758 (R\$ 74.981 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 703.188 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (723.538 em 31 de dezembro de 2022).

Em 13 de setembro de 2023, através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve redução de capital no montante de R\$ 2.223 com impacto em caixa e equivalentes.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 816 (R\$ 330 em 31 de dezembro de 2022).

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído o valor de R\$ 172 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2022).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2023 foi destinado o valor de R\$ 2.448 (R\$ 988 em 31 de dezembro de 2022).

14 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3%.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	27.011	26.230
Outras receitas (b)	28	-
Total	27.039	26.230
Volume gerado em MWh	122.168	136.093
PIS	(176)	(170)
COFINS	(810)	(787)
Deduções da receita	(986)	(957)
Receita operacional líquida	26.053	25.273

(a) A receita bruta representa a venda de geração de energia própria

(b) Reconhecimento da venda de Certificados de Energia Renovável (I-REC). A Companhia considera esta receita como operacional por estar diretamente relacionada à capacidade e atividade de geração de energia.

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ACL (a)	28.442	22.120
MCP (b)	(1.431)	4.110
Total	27.011	26.230

(a) Ambiente de Contratação Livre.

(b) Mercado de Curto Prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

15 Custos de operação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação	(6.883)	(8.488)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.125)	(2.056)
Encargos de conexão e transmissão	(2.140)	(1.979)
Compra de energia	(1.696)	(1.196)
Gastos com pessoal	(442)	(496)
Serviços de terceiros	(362)	(249)
Seguros	(605)	(543)
Amortização de direito de uso	(88)	(64)
Outros custos (a)	(628)	(375)
Total	(14.969)	(15.446)

(a) Referem-se à serviços de terceiros, impostos, taxas e alvarás diversos, locação e aluguéis e demais custos, líquido de reversões, bem como créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, por ressarcimento de disponibilidade.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de terceiros	(140)	(509)
Gastos com pessoas	(366)	(342)
Legais, judiciais e publicações	(32)	(49)
Taxas e alvarás diversos	(11)	(24)
Outras despesas	(106)	192
Total	<u>(655)</u>	<u>(732)</u>

17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e IOF. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimento de aplicação financeira	1.130	1.541
Outras receitas	98	140
Receitas financeiras	<u>1.228</u>	<u>1.681</u>
Tarifas bancárias	(31)	(57)
Juros sobre financiamentos	(6.677)	(7.858)
Despesa captação de financiamentos	(62)	(43)
Juros sobre arrendamento	(200)	(183)
Ajuste a valor presente desmobilização	(126)	(89)
Outras despesas financeiras	(20)	(6)
Despesas financeiras	<u>(7.116)</u>	<u>(8.236)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia executa atividades de geração de energia e opta pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.309 (R\$ 1.395 em 31 de dezembro de 2022). O quadro abaixo demonstra as apurações da Companhia e a reconciliação da alíquota efetiva, com base no lucro presumido:

		2023	
		Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido			
Receita de operações com energia elétrica		27.011	27.011
Alíquota de presunção		8%	12%
Lucro presumido		2.161	3.242
Demais receitas		1.471	1.471
Base de cálculo		3.632	4.713
Alíquota nominal		15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções		546	424
Base de adicional do IRPJ		3.392	-
Adicional de IRPJ (10%)		339	-
Corrente		885	424
Alíquota efetiva		3,10%	1,49%
		2022	
		Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido			
Receita de operações com energia elétrica		26.230	26.230
Alíquota de presunção		8%	12%
Lucro presumido		2.098	3.148
Demais receitas		1.796	1.796
Base de cálculo		3.894	4.944
Alíquota nominal		15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções		585	444
Base de adicional do IRPJ		3.654	-
Adicional de IRPJ (10%)		366	-
Corrente		951	444
Alíquota efetiva		3,4%	1,6%

19 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Valores a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo		
Echoenergia Participações S.A. – Fornecedor partes relacionadas (a)	405	223
Serra do Mel Holding S.A. – Outras contas a pagar - redução de capital	22	446
Serra do Mel Holding S.A. – Dividendos a pagar	2.517	1.702
Total	<u>2.944</u>	<u>2.371</u>

b. Resultado

Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(587)	(968)
Compartilhamento de despesas (a)	(627)	(1.422)
Total	<u>(1.214)</u>	<u>(2.390)</u>

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar, com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2024. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2023		2022	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos e aplicações financeiras	5	471	12.823	198	8.739
Contas a receber	6	2.565	-	3.474	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	1.432	-	4.375	-
Financiamentos	10	116.548	-	118.140	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2023		2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5	Nível 2	13.294	13.294	8.937	8.937
Contas a receber	6	Nível 2	2.565	2.565	3.474	3.474
Fornecedores	9	Nível 2	1.432	1.432	4.375	4.375
Financiamentos	10	Nível 2	116.548	116.548	118.140	118.140
Total			133.839	133.839	134.926	134.926

(a) A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.294	8.937
Contas a receber	6	2.565	3.474
Total		15.859	12.411

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

2023	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.432	(1.432)	(1.432)	-	-	-
Financiamentos	116.548	(116.548)	(8.489)	(6.753)	(20.259)	(81.047)
Arrendamentos	1.865	(1.865)	(3)	(3)	(11)	(1.848)
Total	119.845	(119.845)	(9.924)	(6.756)	(20.270)	(82.895)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade						
			2023	2024	Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices									
IPCA (a)	4,40%	3,60%	3,60%	4,50%	5,40%	2,70%	1,80%		
Risco de redução das taxas de juros e índices									
CDI (b)	11,87%	11,87%	11,87%	14,84%	17,81%	8,90%	5,94%		
Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 2023	Sensibilidade						
			Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%		
Financiamentos	IPCA	(116.548)	(120.744)	(121.793)	(122.842)	(119.695)	(118.646)		
Impacto no resultado do período			(4.196)	(1.049)	(2.098)	1.049	2.098		
Risco de redução (ativo)									
Aplicações financeiras	CDI	12.823	14.345	14.726	15.106	13.964	13.584		
Impacto no resultado do período			1.522	381	761	(381)	(761)		

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

23 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027 a 2037
CUST / CCT (a)	1.926	1.926	1.926	21.187
Contratos de (O&M) (b)	2.343	2.486	2.853	6.626
Total	4.269	4.412	4.779	27.813

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

24 Informações complementares ao fluxo de caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>
Atividades de investimento		
Direito de uso	7	13.121
Total das atividades de investimento		13.121
Atividades de financiamento		
Dividendos a pagar	13	816
Total das atividades de financiamento		816
Total		13.937

25 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

26 Outros assuntos

Reforma tributária

O Senado Federal aprovou, em 8 de novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 em dois turnos, contemplando alterações importantes em relação ao conteúdo recebido da Câmara dos Deputados.

Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A PEC visa simplificar o atual sistema brasileiro tributário e transformar cinco tributos em três, sendo dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, reorganizando sobretudo os tributos que incidem sobre bens e consumo.

As alterações não apresentam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, a qual seguirá monitorando as discussões e possíveis necessidade de adequações operacionais.

Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

Em 20 de dezembro de 2023, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória (“MP”) nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.